

Estudo Técnico Preliminar 39/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 977853/2024

2. Descrição da necessidade

O Centro Tecnológico, localizado na região do Chapéu do Sol, em Várzea Grande, ocupa uma área total de 16 hectares. A pavimentação desta área é uma intervenção estratégica essencial para pavimentar o caminho rumo a um futuro inovador e próspero para o município. Com uma infraestrutura adequada, o Parque Tecnológico se torna um núcleo de desenvolvimento econômico, social e tecnológico, promovendo a qualidade de vida e a sustentabilidade urbana.

A contratação de uma empresa qualificada para realizar o asfaltamento é crucial para melhorar as condições de vida da comunidade local, facilitar a movimentação de veículos e pedestres e estimular o crescimento econômico. A empresa selecionada terá a responsabilidade de fornecer todo o material e mão de obra necessários para a execução do asfaltamento, seguindo rigorosamente as normas técnicas e de segurança vigentes.

Essa contratação está alinhada aos interesses da população, pois visa aprimorar a infraestrutura do Centro Tecnológico, trazendo benefícios diretos aos moradores e contribuindo significativamente para o progresso de Várzea Grande. Com essa iniciativa, o município se posiciona como um polo de inovação e desenvolvimento sustentável, capaz de atrair investimentos e fomentar o crescimento contínuo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	LUIZ CELSO MORAES DE OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A execução desta obra requer a contratação de uma empresa especializada no setor, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes. A empresa deve estar em plena conformidade com a legislação vigente e atender aos padrões de sustentabilidade estipulados neste documento, bem como aqueles definidos no futuro termo de referência.

O escopo do trabalho é claramente definido e será executado dentro de um prazo estabelecido por um cronograma físico-financeiro detalhado, que faz parte do projeto executivo. Este projeto foi elaborado com elementos necessários e suficientes, apresentando um nível de precisão que assegura a definição e dimensionamento corretos da obra. Essa abordagem garante a viabilidade técnica, o manejo adequado dos impactos ambientais, a avaliação precisa dos custos e a determinação das metodologias e prazos de execução.

Os critérios e requisitos para a seleção da empresa foram rigorosamente avaliados para garantir a competitividade do processo. As especificações foram elaboradas de forma a evitar qualquer restrição que possa afetar negativamente a natureza competitiva da seleção, assegurando que a escolha seja baseada em competência técnica, conformidade legal e capacidade de atender aos padrões de sustentabilidade exigidos.

A realização desta obra é essencial para melhorar a infraestrutura do Centro Tecnológico, promovendo o desenvolvimento econômico, social e tecnológico de Várzea Grande. A empresa selecionada terá um papel crucial na transformação do Parque Tecnológico em um polo de inovação e crescimento sustentável, beneficiando diretamente a comunidade local e contribuindo significativamente para o progresso do município.

4.1. Requisitos técnicos da contratação

•Para a correta execução do objeto, devem ser observados os seguintes requisitos:

1) Localização da obra:

<https://maps.app.goo.gl/viR6EH532Psr1k6u7>

2) A obra a ser executada deve cumprir as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas;

3) A metodologia executiva a ser adotada deve estar em conformidade com as normas técnicas vigentes;

4) A definição do orçamento e do prazo de execução da obra estão delineados na planilha orçamentária e no cronograma físico-financeiro, visualizados no projeto executivo – Volume 4 – Orçamento;

5) Deve ser cumprido, por parte da contratada, as exigências da Licença Ambiental;

6) Para fins de habilitação, o licitante deve apresentar certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, constando os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;

7) Deve ser apresentada comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico Profissional;

8) Deve ser apresentado, por parte da contratada, atestado de Capacidade Técnico Operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

9) A avaliação técnica profissional e técnica operacional descritos abaixo foram definidos em observância à Instrução Normativa (IN) nº 108/MT de 01/02/2008 e, na Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE de 17/09/2021, conforme segue:

- Para efeito de Capacidade Técnico Profissional, serão exigidos itens de obras / serviços idênticos àqueles pontuados para a Capacidade Técnico Operacional, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos (IN nº 58/DNIT SEDE, Art. 2º).

- A exigência de Capacidade Técnica Operacional se restringe:

- a) Conforme o Artigo 94 do Decreto Municipal nº 081/2023, a qualificação técnica necessária para a execução do serviço, quando exigida e devidamente justificada nos autos, pode ser comprovada por meio de inscrição vigente no conselho profissional competente relativo ao profissional técnico envolvido;

- b) Aos itens de maior relevância técnica e financeira contidas no objeto a ser licitado (curva ABC), em número máximo de 8 (oito) itens, e não superior a 50% (cinquenta por cento) das quantidades licitadas para o serviço específico (IN nº 58 /DNIT SEDE, Art. 4º e IN nº 108/MT, Art. 1º). Os itens de serviço de maior relevância técnica e financeira são aqueles que constem do objeto licitado em valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do orçamento total do objeto (IN nº 58 /DNIT SEDE, Art. 4º, § 2º e IN nº 108/MT, Art.2º);

- c) Conforme estabelecido no Acórdão 2.924/2019 - Plenário, relatado pelo Ministro Benjamin Zymler, para fins de habilitação técnico operacional das licitantes em certames visando a contratação de obras públicas e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados técnico operacionais emitidos em nome da licitante, podendo ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações /registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados emitidos em nome das licitantes;

- d) Não é vedado o somatório de atestados, para o atendimento dos itens de “maior relevância global” e / ou aos de “maior relevância técnica contidas no objeto a ser

licitado". Justificativa: de acordo com o Acórdão nº 2.760 /2012 – Plenário "se o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, não há motivos para estabelecer limite para o número de atestados", esta situação se apresenta nesta obra de Pavimentação e Drenagem do Centro Tecnológico.

•Exigência de Capacidade Técnica Operacional e Profissional;

Item I - Maior relevância técnica a ser comprovada:

MAIOR RELEVÂNCIA GLOBAL SER COMPROVADA					
ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT. ORÇADO	QUANT. A SER COMPROVADA	RELEVÂNCIA
01	Construção de pavimento com aplicação de CBUQ	t	970,128	485,06	20,09%
		m³	404,22	202,11	
02	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto	m³	263,35	131,67	6,98%

4.2. Requisitos de sustentabilidade

A empresa contratada deverá utilizar na execução das obras as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se, dentre outros, os critérios ambientais indicados abaixo:

- Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações da ANVISA.
- Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos.
- Sempre que possível, fazer uso de energia renovável.
- Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e /ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis.
- Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilize a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral de União, disponível no endereço eletrônico: www.agu.gov.br/econfont

- f) Adoção de uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios.
- g) Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos.
- h) Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999.
- i) Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento.
- j) Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que eles cumpram as e procedimentos destinados à preservação de suas integridades.
- k) Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental.
- l) Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e /ou virtuais.

Segue abaixo os Requisitos Normativos que Disciplinam os Serviços a serem Contratados:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Decreto Estadual nº 1.525/2022 – Regulamenta a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado de Mato Grosso;
- c) Decreto nº 081/2023 no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Autárquica e fundacional do Município de Várzea Grande – MT.
- d) Normas da ABNT, Especificações de Serviço e Normas do DNIT, e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- e) Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021;
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

5. Levantamento de Mercado

Como solução para execução desta pavimentação, surgiu como opção:

Solução 1: A aplicação de pavimento asfáltico utilizando Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) tem como objetivo assegurar a consistência e a padronização da superfície, além de oferecer uma base capaz de resistir às cargas de tráfego estipuladas no projeto. Este material é especialmente adequado para adaptar-se às variações térmicas, como as expansões e contrações causadas pelas mudanças de temperatura.

Solução 2: A técnica de pavimentação asfáltica conhecida como Tratamento Superficial Duplo (TSD) é frequentemente utilizada devido à sua notável flexibilidade e excelente custo-benefício, tornando-a uma opção vantajosa e comum para projetos de infraestrutura viária.

Solução 3: A pavimentação utilizando concreto armado, também referida como pavimento rígido, é reconhecida por sua notável durabilidade, robustez e exigência mínima de manutenção durante um extenso período de utilização. No entanto, é importante considerar que os custos iniciais são consideravelmente superiores em relação ao asfalto, além de requerer um período de execução mais longo.

Diante dessas soluções apresentadas, a deliberação a ser executada, definida em projeto executivo aprovado pela Secretária Municipal de Viação e Obras, foi pela utilização de Pavimentação Asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), baseada no diagnóstico de suas características funcionais e estruturais, no estudo de tráfego e, na relação custo-benefício da obra.

Todos os serviços elencados no projeto executivo devem seguir fielmente as Normas Técnicas vigentes e Especificações de Serviços do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, devidamente atualizadas.

A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário (art. 6º, inciso XXVIII e XXXVIII, alínea “a”, e Art. 29 da Lei 14.133/2021; Art. 281º, do decreto estadual nº 1.525/2022 e Art. 72º, do Decreto Municipal nº 81/2023), e se justifica por se tratar de uma obra de construção rodoviária, onde estão previstos serviços como: terraplenagem, pavimentação, drenagem, obra de arte correntes, sinalização; cuja execução, por este regime, permite um melhor controle por parte da fiscalização na realização das medições, visto que as quantidades podem ser mensuradas por unidade de medida, onde o valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de serviços contratados. Esta escolha se torna factível, também para melhor mensuração dos valores em possíveis alterações de projeto, evitando ônus ao erário público.

A execução da obra será realizada sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, adotando a Modalidade Concorrência Eletrônica. Esta abordagem é adequada para projetos de engenharia onde os padrões de desempenho e qualidade são claramente estabelecidos pelo edital, utilizando especificações de mercado reconhecidas, em alinhamento com o artigo 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Esta legislação fundamenta a seleção dessa modalidade de licitação.

Para a avaliação das propostas, será adotado o critério de Menor Preço, garantindo uma seleção econômica e eficiente para a realização da obra.

6. Descrição da solução como um todo

O contrato em questão abrangerá os serviços delineados no projeto executivo, os quais estão alinhados com os resultados do levantamento de campo e a memória de cálculo, que inclui uma discriminação detalhada das quantidades e dos preços estimados, bem como as especificações técnicas pertinentes. É imperativo que todos os serviços listados no projeto adiram estritamente às Normas Técnicas atuais e às Especificações de Serviços estabelecidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ambas atualizadas. As obras devem ser executadas mantendo-se um alto

padrão de qualidade e seguindo as melhores práticas do setor. Serão previstos os seguintes serviços:

- a) Serviços Preliminares;
- b) Administração Local;
- c) Ensaios tecnológicos de solo e asfalto;
- d) Terraplenagem;
- e) Pavimentação;
- f) Aquisição De Material Betuminoso (Implantação);
- g) Transporte para Pavimentação (Implantação);
- h) Sinalização Horizontal e Vertical;
- i) Obras Complementares;
- j) Drenagem;
- k) Fornecimento de Tubos de Concreto;
- l) Assentamento e Rejuntamento de Tubos de Concreto;
- m) Órgãos e Acessórios;

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os volumes de serviços relacionados ao projeto de licitação são minuciosamente detalhados no Projeto Executivo, que apresenta um nível de precisão apropriado para definir a obra em questão. Isso permite uma estimativa precisa dos custos, em estrita conformidade com as normas técnicas vigentes, procedimentos, instruções e especificações de serviços, bem como com os manuais técnicos atuais do DNIT e as normas da ABNT.

Para uma compreensão completa dos serviços, especificações e quantidades propostas para a construção da obra, recomenda-se a consulta ao Projeto Executivo para Obras de Pavimentação e Drenagem do Centro Tecnológico; Volume 4 – Orçamento da Obra. Este documento é essencial para garantir a transparência e a adequação do processo de licitação à legislação e aos padrões técnicos aplicáveis.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.928.344,21

Os volumes de trabalho especificados no projeto foram meticulosamente estabelecidos após um levantamento detalhado dos serviços, conforme delineado no Projeto Executivo. Os preços unitários foram baseados nas tabelas do DNIT/SICRO e da ANP. As especificações dos serviços e o orçamento foram desenvolvidos em conformidade com as normativas atuais da SINFRA e do DNIT/SICRO.

Optou-se pelo Orçamento **Não Desonerado**, que se mostrou mais benéfico para a administração, totalizando o valor da obra em R\$ 3.928.344,21. Em comparação, o Orçamento com Desoneração alcançaria o valor de R\$ 4.029.081,69. Abaixo, apresentamos um resumo dos preços conforme o Orçamento **Não Desonerado**, gerando uma **economicidade de R\$ 100.737,48**:

RESUMO DOS PREÇOS - SEM DESONERAÇÃO		
ANEXO		
SERVIÇOS	DATA BASE:	SINAPI (NOVEMBRO/2023)
		JULHO/2023 SICRO
		NÃO DESONERADO
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	55.853,93
2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	120.910,76
3.0	TERRAPLENAGEM	493.725,77
4.0	PAVIMENTAÇÃO	1.282.432,32
5.0	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL /VERTICAL	45.229,46
6.0	OBRAS COMPLEMENTARES	786.072,88
7.0	DRENAGEM	510.860,61

8.0	FORNECIMENTO DE TUBOS TIPO PA-1	367.715,53
9.0	ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO	136.738,26
10.0	ÓRGÃOS ACESSÓRIOS	128.804,69
TOTAL GERAL		3.928.344,21
ÁREA (m²)		13.788,190
TOTAL/M² (R\$)		284,906
LOCAL	PARQUE TECNOLÓGICO DE MATO GROSSO - BAIRRO CHAPÉU DO SOL	
LOGRADOUROS	AVENIDA PROJETADA, SECUNDÁRIA 01 E SECUNDÁRIA 02	
OBRA	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM	

RESUMO DOS PREÇOS - COM DESONERAÇÃO		
ANEXO		
SERVIÇOS	DATA BASE:	SINAPI (NOVEMBRO/2023)
		JULHO/2023 SICRO

		COM DESONERADO
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	57.460,07
2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	97.905,30
3.0	TERRAPLENAGEM	510.654,73
4.0	PAVIMENTAÇÃO	1.336.615,07
5.0	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL /VERTICAL	47.239,41
6.0	OBRAS COMPLEMENTARES	809.095,47
7.0	DRENAGEM	515.554,71
8.0	FORNECIMENTO DE TUBOS TIPO PA-1	386.633,84
9.0	ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO	137.573,81
10.0	ÓRGÃOS ACESSÓRIOS	130.349,28
TOTAL GERAL		4.029.081,69
ÁREA (m²)		13.788,190
TOTAL/M² (R\$)		292,213

LOCAL	PARQUE TECNOLÓGICO DE MATO GROSSO - BAIRRO CHAPÉU DO SOL
LOGRADOUROS	AVENIDA PROJETADA, SECUNDÁRIA 01 E SECUNDÁRIA 02
OBRA	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A execução da pavimentação no Centro Tecnológico é definida por um conjunto de trabalhos cujas dimensões estão em sintonia com a capacidade das empresas concorrentes, sob a égide da Secretaria Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande/MT. A complexidade técnica dos serviços, que são majoritariamente interligados, impede a divisão do projeto de forma eficaz, já que atrasos em etapas cruciais podem gerar impactos negativos em fases subsequentes, aumentando os custos operacionais e comprometendo os prazos e a qualidade final do trabalho.

A escolha por um único lote para a realização dos serviços otimiza a eficiência na instalação e na mobilização dos equipamentos e do pessoal. Dividir o projeto em vários lotes poderia afetar a viabilidade técnica e a economia do processo, além de elevar os custos associados à mobilização e desmobilização para partes distintas da obra.

Dessa forma, considerando as razões expostas, a contratação será efetuada em um único lote, visto que a divisão não traz benefícios administrativos e pode comprometer a coesão e o valor global do projeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para cumprir com o estabelecido no inciso VIII, artigo 7º, da Instrução Normativa nº 40/2020, fornecemos o acesso ao sistema GEOOBRAS. Este portal é essencial, considerando a vasta quantidade de contratos que compartilham características com este. Desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), o GEOOBRAS é uma plataforma robusta que possibilita o monitoramento e a fiscalização de obras públicas estaduais. Através dele, é possível realizar consultas detalhadas das obras, filtrando por município, tipo de modalidade, estágio atual, custo estimado, entre outros critérios. O sistema também disponibiliza um mapa interativo e relatórios gerenciais, ferramentas que reforçam a transparência e permitem um controle social efetivo dos investimentos governamentais nas diferentes localidades de Mato Grosso. Para acessar o sistema GEOOBRAS, visite o site oficial do TCE-MT.

<https://geoobras.tce.mt.gov.br/cidadao/home>

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação em curso está em perfeita consonância com o planejamento estratégico da Administração Pública. Ela foi devidamente incluída no Plano de Contratação Anual (PCA), sob a designação “PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DO CENTRO TECNOLÓGICO”, abrangendo as vias urbanas do município de Várzea Grande. Este projeto está sob a diligente

supervisão da Secretaria Municipal de Viação e Obras. - (vide link): <https://pncp.gov.br/app/pca/03507548000110/2024/1>

A contratação em questão está harmonizada com o Programa FINISA (Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento), uma iniciativa do Governo Federal implementada pela Caixa Econômica Federal. Este programa é direcionado ao setor público e é reconhecido pela eficiência e simplicidade dos seus processos de contratação e prestação de contas.

Além disso, a execução do projeto será financiada por meio de recursos próprios do município, que são os fundos financeiros geridos diretamente pela administração municipal, independentemente de transferências de outras esferas governamentais. Estes recursos originam-se da arrecadação de impostos e taxas municipais, como IPTU, ISS, IRRF, ITBI, entre outros. Com esses recursos, a prefeitura tem a autonomia para custear uma variedade de atividades e serviços públicos essenciais, tais como infraestrutura, educação, saúde e segurança.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Benefícios esperados da pavimentação podem ser descritos da seguinte forma:

- a) Otimização da Infraestrutura Viária: A implementação de pavimentação de alta qualidade resulta em vias mais seguras e eficientes, diminuindo a incidência de acidentes e proporcionando uma experiência de condução otimizada, além de reduzir a manutenção veicular.
- b) Estímulo ao Desenvolvimento Econômico: Vias pavimentadas de forma adequada são fundamentais para o escoamento eficiente de produtos agrícolas e industriais, contribuindo para a redução de custos logísticos e potencializando a competitividade no mercado. A infraestrutura aprimorada também atrai investimentos e facilita o acesso a zonas comerciais, dinamizando a economia local.
- c) Elevação da Qualidade de Vida: A pavimentação amplia o acesso a serviços fundamentais, como saúde e educação, e promove um ambiente urbano mais agradável, com redução de ruídos e desgaste veicular.
- d) Garantia do Direito à Mobilidade: A pavimentação asfáltica é crucial para o acesso à mobilidade urbana, influenciando positivamente a rotina de condutores e pedestres.
- e) Incremento da Segurança Viária: Superfícies asfálticas oferecem aderência apropriada, minimizando riscos de acidentes por derrapagem.
- f) Conforto aos Usuários: A pavimentação asfáltica proporciona uma superfície uniforme, reduzindo vibrações e melhorando a experiência de viagem para todos os usuários da via.
- g) Redução do Impacto Ambiental: A pavimentação eficiente diminui a resistência ao rolamento, resultando em menor consumo de combustível e desgaste de pneus, o que se traduz em economia para os usuários e benefícios ambientais pela redução da emissão de poluentes.

Esses benefícios refletem a importância da pavimentação não apenas como uma melhoria física, mas como um vetor de transformação social e econômica.

13. Providências a serem Adotadas

- 1) O processo requer que os licitantes cumpram integralmente com as disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022, Decreto Municipal nº 81/2023, bem como as especificações do Edital e do Termo de Referência. A empresa contratada deve:
- 2) Adesão às Diretrizes Técnicas: Cumprir com as diretrizes técnicas para a execução de obras e serviços de engenharia, respeitando as normativas aplicáveis ao objeto contratual.
- 3) Execução Fiel ao Contrato: Realizar a obra ou serviço de acordo com o projeto técnico, as especificações detalhadas no Termo de Referência e anexos, e em conformidade com a proposta apresentada.
- 4) Qualidade e Boas Práticas: Assegurar a manutenção de um padrão de qualidade elevado e adotar as melhores práticas executivas no decorrer da obra ou serviço.
- 5) Comunicação com o Fiscal do Contrato: Reportar imediatamente ao fiscal designado qualquer irregularidade identificada no local da execução dos serviços.
- 6) Disponibilidade para Esclarecimentos: Fornecer esclarecimentos ou informações sempre que requisitados pela Administração Pública contratante.

Por parte da Administração, será assegurado:

- a) Publicação do Edital: Disponibilização do edital de licitação, contendo todas as informações necessárias para a participação dos licitantes.
- b) Designação de Fiscalização: Nomeação de um fiscal responsável pela obra ou serviço, com o objetivo de assegurar a qualidade, realizar medições periódicas e garantir o cumprimento do contrato.
- c) Capacitação de Servidores: Promoção de treinamentos para os servidores envolvidos, visando aprimorar a fiscalização e a gestão contratual.
- d) Essas diretrizes são fundamentais para a integridade e eficácia do processo licitatório e para a execução contratual subsequente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O processo de contratação deve priorizar o interesse público, avaliando não apenas o custo, mas também os impactos ambientais e sociais. Isso inclui:

- a) Conformidade com Normas de Sustentabilidade: Adesão a padrões que promovam práticas sustentáveis e minimizem o impacto ambiental.
- b) Gestão Eficiente de Recursos Públicos: Utilização criteriosa dos recursos financeiros disponíveis para maximizar o valor obtido.
- c) Preservação de Recursos Naturais: Implementação de estratégias para a conservação e uso responsável dos recursos naturais.

- d) Incorporação de Materiais Reciclados: Preferência pelo uso de materiais reciclados, quando disponíveis, para promover a economia circular.
- e) Gestão de Resíduos: Remoção e destinação adequada de resíduos, em conformidade com as regulamentações de transporte e controle de resíduos.
- f) Atendimento a Normas de Qualidade: Observância de padrões de qualidade e certificações estabelecidos por órgãos como INMETRO e ABNT.
- g) A empresa contratada deve:
- h) Uso Racional de Recursos: Empregar recursos e equipamentos de maneira eficiente para evitar desperdícios de materiais, água e energia, priorizando, quando possível, o uso de energia renovável.
- i) Segurança no Trabalho: Garantir a segurança no manuseio de ferramentas e equipamentos, especialmente aqueles inflamáveis, seguindo a legislação trabalhista vigente.
- j) Responsabilidade Ambiental: Assumir a responsabilidade pela gestão de todos os resíduos gerados, assegurando sua correta remoção e destinação.

Além disso, a execução da obra requer licenciamento ambiental junto à SEMA/MT, com todas as ações e medidas necessárias para o cumprimento da licença ambiental e preservação do meio ambiente detalhadas nas Licenças Prévia e de Instalação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

A Secretaria Municipal de Viação e Obras não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, em quantitativo suficiente, para a execução da obra em questão, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada, para atendimento da demanda exarada. Considerando:

- a) A condição atual do Centro Tecnológico (segmento não pavimentado).
- b) As obrigações institucionais da Secretaria Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande, Mato Grosso;
- c) A necessidade de garantir a trafegabilidade constante e segura da rodovia em pauta;
- d) Todo o exposto e apresentado neste estudo técnico preliminar (ETP).

declara-se a necessidade e viabilidade de contratação dos serviços indicados ne

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALBERTO ALVES NAZARIO JUNIOR

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL



Assinou eletronicamente em 24/06/2024 às 17:37:37.

FELIPE AUGUSTO TEZOLIN

COORDENADOR



Assinou eletronicamente em 25/06/2024 às 09:44:39.